

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.281.503 - MG (2011/0204570-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CLAUDIA BEATRIZ DE SOUSA SILVA  
**ADVOGADOS** : CARLOS VICTOR MUZZI FILHO E OUTRO(S) - MG059966  
MARCELLO PICININ MUZZI - MG096720  
**AGRAVADO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADOS** : CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES E OUTRO(S) - MG111753  
GILBERTO BORGES DA SILVA - MG144478  
**INTERES.** : ROSÁRIA DE POMPÉA MARTINS PEREIRA  
**ADVOGADOS** : CAROLINA ARAUJO TRADE FONTES - MG106145  
RODOLFO DE SOUZA MONTEIRO - MG150079  
FERNANDO CARVALHO DE MELO E OUTRO(S) - MG183404

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por CLÁUDIA BEATRIZ DE SOUSA SILVA contra decisão monocrática da lavra desta Relatoria, que negou provimento ao recurso especial por ela interposto.

Nas razões recursais, a parte agravante alega, em síntese, que, *"no caso dos autos, a denegação de jurisdição decorreu da não apreciação, pelo Tribunal de Justiça, sobre a necessidade da prova pericial para demonstrar a excessiva onerosidade decorrente da adoção, não apenas da chamada Tabela Price, mas de outros aspectos suscitados pela ora recorrente"* (fl. 834).

Aduz que *"a pretensão da autora, ora agravante, foi a de poder contratar outros seguros, não podendo ser compelida a contratar seguro apenas do grupo empresarial da empresa financiadora"* (fl. 835).

Ao final, requer a reforma da decisão agravada pela Turma Julgadora.

Intimada, a parte agravada apresentou impugnação às fls. 840/848.

É o relatório. Decido.

Afiguram-se relevantes as alegações da agravante, motivo pelo qual, com base no art. 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada.

Da análise dos autos, verifica-se que o colendo Tribunal de origem, não obstante provocado, deixou de examinar questão essencial ao deslinde da controvérsia, a respeito da alegação de ocorrência de venda casada quanto à imposição de se contratar

seguro habitacional com a instituição financeira mutuante ou com a seguradora por ela indicada, sem que haja a livre escolha de outras seguradoras pelo mutuário.

Com efeito, a eg. Corte de origem quedou-se inerte no exame de questão relevante para o deslinde da controvérsia e que, na via estreita do recurso especial, não poderia ser analisada de plano, mormente em razão da impossibilidade de incursão no acervo fático-probatório dos autos e de interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

Ademais, o conhecimento do recurso especial exige a manifestação da instância ordinária acerca da questão de direito suscitada. Recusando-se a Corte de origem a se manifestar sobre o tema federal, fica obstaculizado o acesso à instância extrema, cabendo à parte vencida invocar, como no caso, a infringência ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, a fim de anular o v. acórdão recorrido para que seja suprida a omissão existente.

Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. CARACTERIZAÇÃO. OMISSÃO QUANTO A PONTO RELEVANTE PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA QUE, INCLUSIVE, NÃO PODE SER ANALISADO POR ESTA CORTE SUPERIOR POR ENVOLVER O CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.*

*1. Mesmo após provocação das partes interessadas, a instância ordinária recusou-se a emitir juízo de valor sobre ponto importante e que, por dizer respeito ao próprio iter processual, merecia manifestação suficiente para viabilizar o próprio julgamento desta Corte Superior acerca da correção de seu provimento.*

*2. O Tribunal a quo sustentou ser necessária a produção de provas a fim de elucidar determinadas questões fáticas relativas à nulidade de ato administrativo. Ocorre que a parte que moveu a ação por mais de uma vez pleiteou o julgamento antecipado da lide, dispensando a fase probatória.*

*3. Sobre esse ponto levantado pela ora recorrente, cujo conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça é impossível, em razão da imprescindibilidade da análise do conjunto fático-probatório, não foi emitido qualquer provimento judicial.*

*4. Trata-se, como se pode observar facilmente, de questão*

*essencial para o deslinde da controvérsia e que não foi apreciado pela instância ordinária, caracterizando verdadeira ausência de prestação jurisdicional.*

*5. Recurso especial provido, determinando-se o retorno dos autos à origem para que lá sejam analisados os argumentos lançados nos embargos de declaração de fls. 1.038/1.045.*

(REsp 769.831/SP, Segunda Turma, Rel. Min. **MAURO CAMPBELL MARQUES**, DJe de 27/11/2009)

*DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DANOS MORAIS - DIVULGAÇÃO EM JORNAL DE RESPONSABILIDADE APURADA EM INQUÉRITO CIVIL - RECURSO ESPECIAL - ARTS. 75 e 159 DO CÓDIGO CIVIL - FALTA DE PREQUESTIONAMENTO - DIVERGÊNCIA PRETORIANA DESCONFIGURADA - NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.*

*I - O prequestionamento é pressuposto inerente aos recursos de natureza excepcional. O termo 'prequestionar', reflete, na realidade, a exigência de que a questão federal tenha sido previamente abordada na instância revisora de segundo grau, sendo inócuo o 'prequestionamento' feito pela parte, em sua petição inicial, e demais peças processuais, sem que nada tenha sido decidido acerca da temática federal suscitada no apelo raro.*

*II - Se o tribunal recorrido permanece silente, mesmo após a manifestação dos embargos declaratórios, é possível aventar, no recurso especial, a alegativa de ofensa ao art. 535, II do CPC; ao invés de se apontar como violados os dispositivos legais que não foram objeto do necessário prequestionamento. Aplicação, na espécie, da súmula 211/STJ.*

*(...)*

*IV - Recurso especial não conhecido.*

(REsp 242.128/SP, Terceira Turma, Rel. Min. **WALDEMAR ZVEITER**, DJ de 18/9/2000)

Dessa forma, está caracterizada a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, em razão da omissão da colenda Corte de origem em examinar a questão suscitada.

Diante do exposto, dou provimento ao agravo interno para reconsiderar a decisão agravada e, em nova análise, nos termos do art. 255, § 4º, III, do RISTJ, dou provimento ao recurso especial, anulando-se o v. acórdão proferido em sede de embargos

# *Superior Tribunal de Justiça*

declaratórios e determinando-se, por conseguinte, que outro seja proferido e, assim, sanada a omissão aqui verificada.

Publique-se.

Brasília, 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator